De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária

FHC and Lula: manipulations, numbers, conceptions and promises about the land reform

FHC y Lula: manipulación, numeros, conceptos y promesas delante de la reforma agraria

Ed uardo Scolese

Repórter da Sucursal de Brasília da "Folha de S. Paulo". Jornalista, graduado na FIAM (Faculdades Integradas Alcântara Machado (1997-SP) e com especialização em jornalismo político e internacional na PUC (2002-SP). Rua SQSW, 301 B, apto. 207, Sudoeste - CEP: 70.673-102 - Brasília, DF.
scolese@uol.com.br

Resumo: O presente artigo apresenta uma exposição, narrada de forma jornalística, sobre os números da reforma agrária nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e início de 2004). A pressão dos movimentos sociais e dos partidos de oposição a tais governos tem ou tiveram como base as metas de assentamentos, deixando a qualidade dos projetos em segundo plano. O artigo indica as formas utilizadas pelo governo FHC para inflar seus balanços e como o governo Lula entrou exatamente no mesmo jogo, não cumprindo suas metas, inflando seus números e tornando-se refém das ações do MST e das críticas dos ruralistas.

Palavras-chave: Reforma agrária - números - promessas -ações - MST.

Resumen: El artículo presenta una exposición sobre los numeros de la "reforma agraria" en los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) y Luiz Inácio Lula da Silva (2003 y inicio de 2004). La presión del MST (y otros) y de la oposición tiene o ha tenido como origen los compromisos hechos por los gobiernos (la cuéstion sobre la calidad de la "reforma agrária" ha sido esquecida). El artículo indica o que ha hecho el gobierno de Fernando Henrique Cardoso para inflar los numeros de sus realizaciones y la manera como el gobierno de Lula hace lo mismo, volviendose rehén de las aciones del MST y de las criticas de los proprietarios campesinos."

Palablas clave: Reforma agraria - numeros - compromisos - realizaciones - MST.

Abstract: This article shows an exposition, written on a journalistic way, about the numbers of the agrarian reform on the Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003 and the beginning of 2004) government. The pression of the social movements e the oppositions parties against those governments has or had the settlements aim as a base, leaving the quality of the projects on a second way. This article indicates the ways that the FHC government had used to inflate their settlement numbers and how the Lula government started to do the same thing since 2003, inflating their numbers and becoming "hostage" of the MST actions.

Keywords: Agrarian Reform - numbers - promises - actions - MST.

Introdução

As discussões públicas em torno de temas ligados à política fundiária brasileira, desde planos de governo e promessas de campanha até os meios de pressão dos movimentos sociais e os assassinatos de trabalhadores rurais no campo, têm crescido a cada ano[1].

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) o debate foi intensificado, entre outros motivos, pela propaganda do Palácio do Planalto de que estaria promovendo no país a "maior reforma agrária do mundo" por meio de uma política de assentamentos rurais e programas de crédito fundiário.

De outro lado, havia os movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Igreja Católica, representada por seu braço agrário e progressista, no caso a CPT (Comissão Pastoral da Terra), e o PT (Partido dos Trabalhadores) numa corrente de denúncias contra o que rotulavam de "falácias da reforma agrária".

O principal ponto dos entraves entre governo e esquerda era acerca do número de famílias assentadas que anualmente era divulgado por meio de balanços do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Balanços que, aliás, somente traziam duas informações: o ano em questão e o número de famílias beneficiadas. Nada, porém, havia sobre a localização dos alegados projetos de assentamentos e os nomes dos trabalhadores que teriam recebidos seus lotes.

Na visão dos opositores, o governo FHC não estava aplicando no país uma reforma agrária maciça (ou massiva, com preferem alguns), e sim uma política assistencialista de assentamentos rurais. Segundo eles, a preocupação governamental era ir à mídia anunciar o cumprimento de metas, tendo para isso inflado seus balanços. O governo, por sua vez, respondia com as metas sempre "devidamente cumpridas".

O presente artigo visa, de forma resumida e jornalística, apontar quais formas o governo federal utilizou entre 1995 e 2002 para inflar seus balanços. E narrar como o próprio PT, um crítico fervoroso da política fundiária de FHC, entrou exatamente no mesmo jogo. O autor deste artigo obteve tais dados na condição de repórter do jornal "Folha de S.Paulo".

PT: promessa versus prática

Em 15 de maio de 2003, cinco meses após ter tomado posse na Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em Brasília, prometeu que 60 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra seriam assentadas até dezembro daquele ano.

[1] Os números da Ouvidoria Agrária Nacional (subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário) revelam que as invasões de terra aumentaram no primeiro trimestre de 2004 em relação ao mesmo período de 2003. Entre janeiro e março de 2004 foram 56 casos, contra 47 no mesmo intervalo no ano de 2003, um crescimento de 19%. Só em março foram 40 invasões, o maior número no mês desde 1999, quando ocorreram 101 casos.

Na realidade, o anúncio de Lula, feito no calor de um discurso, ocorrera à revelia da direção do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e responsável direto para implementação da política governamental de reforma agrária.

Isso, porque, um mês antes, mais precisamente no dia 22 de abril, o Incra havia publicado no "Diário Oficial" da União sua meta de assentamentos para 2003, com base no orçamento da autarquia: 37 mil famílias. Na prática, um número que não representava nem sequer 40% dos acampados à época, cerca de 100 mil famílias, mas que estava dentro da realidade financeira de um governo que dizia a todos ter recebido uma "herança maldita" da gestão FHC.

Mas Lula, já pressionado para assentar com rapidez os trabalhadores rurais acampados em todo o país, preferiu ousar e arriscar, em meio à crise econômica que assolava o país e seus seguidos cortes no orçamento dos ministérios.

O que a imprensa e a academia já imaginavam ocorreria no início de 2004, quando o governo federal veio a público anunciar que pouco mais da metade da meta estipulada por Lula para 2003 havia sido cumprida.

Para dar combustível aos críticos, das 36,8 mil famílias que diz ter assentado, 27,5 mil (75%) receberam lotes vagos em projetos antigos, que foram instituídos (desapropriados e criados) entre 1972 (governo Médici) e 2002 (gestão de Fernando Henrique Cardoso).

E mais: das 36,8 mil famílias contempladas com lotes rurais, nada menos que 65% (cerca de 24 mil) foram assentadas na Amazônia Legal (Estados do Norte, além de Mato Grosso e Maranhão). No passado, o PT considerava que a carência de infra-estrutura naquela região inviabilizava os assentamentos. Mencionava a escassez de estradas e a falta de água, esgoto e luz em vários projetos de reforma agrária.

Seria então possível dizer que praticamente não houve reforma agrária no primeiro ano do governo Lula, e sim uma política de assentamentos. A concentração da terra prevaleceu, pois a maioria foi encaixada em lotes antigos

O que é, então, reforma agrária?

> "A modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola é a definição mais usual de reforma agrária. Tal enunciado consta em qualquer bom dicionário. Como geralmente acontece com as conceituações sintéticas, nela está apenas implícita uma idéia-chave para o seu entendimento: de que se trata de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola. É isto que permite distinguir reforma agrária de transformação agrária". (VEIGA, 1981, p. 7)

O texto acima, do economista especializado em questões agrárias José Eli da Veiga (1981), já buscava resumir uma definição para o que vem a ser "reforma agrária". Acontece, porém, que, nas últimas décadas, o tema tem girado em torno principalmente de questões políticas, o que tem criado atritos entre setores governamentais e ruralistas diante dos movimentos sociais e de alguns partidos de oposição. A notória batalha entre camponeses e latifundiários.

A polêmica entre o que vem a ser ou não a aplicação de uma verdadeira reforma agrária atualmente no Brasil está implícita nas linhas de Veiga. De acordo com suas palavras, há como interpretar que não houve reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso, nem em outros governos anteriores, assim como nos primeiros 12 meses da gestão de Lula, pois ela somente "acontece quando há uma modificação da estrutura agrária de um país"[2].

Mas, evidentemente, a discussão não é tão simplista. Há aqueles que criticam a idéia de uma reforma agrária ligada à sua necessidade histórica, social e ambiental e baseada dentro de um imaginário político.

De acordo com Martins, 2000, o tema é abrangente, envolvendo crédito, titulação e luta contra os grileiros[3]:

> "Reforma agrária não é principalmente nem simplesmente distribuição de títulos de propriedades a agricultores pobres nem tão somente crédito agrícola e apoio técnico. Em nosso caso, como já mencionei, ela tem como dimensão fundamental a retomada do senhorio do Estado sobre o território, o estabelecimento de meios institucionais que complementem essa política, como é o caso da inviabilização da grilagem de terras." (MARTINS, 2000, p. 65)

A realidade é que para se chegar a um indicativo de conceito para reforma agrária deve-se em primeiro lugar conhecer a fundo todos esses processos em diferentes épocas, principalmente a partir do século 20, e em diferentes países e continentes, onde ocorreu uma série de reformas (VEIGA, 1981), sendo todas elas distintas, mas com semelhantes motivações.

Um desses alicerces é a análise das guerras camponesas seguidas de reformas tanto na Rússia como no México. Na seqüência, uma passada em tópicos pelas situações ocorridas na China, após sua revolução, e no Vietnã, com a expulsão dos franceses de seu território.

Não há como deixar de mencionar também os movimentos de independência dos povos colonizados, que originaram uma onda de reformas agrárias a partir da década de 50, principalmente em países islâmicos do Oriente Médio e do Norte da África, assim como na Índia – que, apesar de muito comentada, não teria nem sequer arranhado a antiga sociedade piramidal.

Na América Latina, Cuba é um primeiro exemplo de reforma agrária implantada dentro de um processo de revolução socialista. A partir de 1959, a ilha de Fidel Castro organizou um maciço confisco de terras de empresas norte-americanas, principalmente

---

[2] "A concentração de terras no Brasil se manteve estável num nível relativamente alto de 1967 a 1999, segundo dados das estatísticas cadastrais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O índice de Gini, que varia de zero a um, oscilou entre 0,831 e 0,854 no período. Quanto mais próximo de um, maior é a concentração, ou seja, mais terras estão nas mãos de poucos proprietários" (FOLHA DE S.PAULO, 13.07.2003).

[3] Grilagem é o processo de apropriação de terras públicas e alheias por meio da falsificação dos títulos de propriedades. De acordo com a obra "A Onda Verde e o Presidente Negro", de Monteiro Lobato, a origem do termo é o seguinte: "primeiro o fazendeiro falsificava a escritura de uma determinada área. Em seguida, para dar uma aparência antiga aos documentos, colocava a papelada em uma gaveta cheia de grilos. Corroída e amarelada por substâncias liberadas pelos insetos após cinco semanas, as escrituras pareciam autênticas".

de grandes usinas produtoras de açúcar. Há também os casos de reformas interrompidas por causa de golpes de Estados, como no caso do Chile e de Portugal. Há outros casos de mudança nas estruturas agrárias na América Latina, como Nicarágua, El Salvador e Bolívia.

Durante a expansão do socialismo, vale citar os processos de reforma agrária ocorridas na Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e Albânia. Como reformas de peso, no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, há os casos de Formosa (sob a orientação de técnicos norte-americanos), Itália e Japão, onde a Lei de Reforma Agrária de 1946 fixou um teto para a propriedade individual de 3 hectares. À época, o governo japonês comprou as áreas excedentes e vendeu-as às famílias camponesas.

Atualmente, discute-se ainda no Brasil sobre a necessidade de implantar com vastos investimentos uma política de reforma agrária. Para alguns, é absurda a idéia de imaginar hoje no país cerca de 4,5 milhões de famílias que demandam por terra.

Em acampamentos espalhados pelo país existem atualmente (abril de 2004) cerca de 200 mil famílias, o equivalente a pelo menos 840 mil pessoas, segundo levantamento das 29 superintendências regionais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A forma de implantá-la também é outra discussão, conforme Ribeiro, 1994.

> "As décadas de 60 e 70 centralizam a problemática da reforma agrária, já que nessas conjunturas a reforma do agro passou a contar com o interesse geral da sociedade e não apenas dos camponeses, seus principais beneficiários e condutores. O sério debate que ocorre nesses idos não é exclusivamente a favor ou contra, mas retrata escolhas entre formas "indiretas" e "diretas" de realizar reformas". (RIBEIRO, 1994, p. 204)

A reboque dos acontecimentos: Lula sob pressão

Voltemos à realidade brasileira. Quando Lula falou em 60 mil famílias, em maio de 2003, ele se baseava num relatório da Ouvidoria Agrária Nacional de dezembro de 2002 no qual apontava tal número como o de acampados à espera de novos assentamentos no país. O número, porém, já havia quase que dobrado. A eleição de Lula gerou uma corrida aos acampamentos na expectativa de que a reforma agrária, desta vez, sairia do papel.

A cobrança dos movimentos, principalmente do MST, era para que o Palácio do Planalto assentasse rapidamente todas as famílias que viviam debaixo de barracos de lona à beira de estradas. O coordenador nacional do MST João Paulo Rodrigues deixou seu recado, pouco mais de um mês após a posse do novo presidente:

> "Estamos preocupados com a demora. Já se passaram quase 40 dias e até agora não foi tomada nenhuma atitude concreta em relação à reforma agrária. Esses dias para quem está no governo pode ser pouco, por causa da burocracia, mas para quem está debaixo de uma barraca de lona é muito tempo (...) Achávamos que tudo seria um pouco mais ágil. É como no Fome Zero, não podemos ficar esperando. Quem passa fome e está debaixo de um barraco tomando chuva e sol não pode ficar um tempo de carência como esse, de 30, 40 dias. Então, depois de 30 dias, até que o governo tome pé, faça um diagnóstico. Isso vai até o meio do ano se continuar nessa forma" (FOLHA DE S. PAULO, 09.02.2003)

Lula prometeu, mas não cumpriu. Então, para pressionar o governo, os movimentos retomaram as invasões de terra, até então em ritmo moderado, e passaram a ergue centenas de acampamentos pelo país. Em outubro de 2003, segundo levantamento do Incra, já havia cerca de 200 mil famílias nessas condições espalhadas pelo país.

Os números da Ouvidoria Agrária Nacional indicavam o aumento da tensão no campo. Em 2003, em relação a 2002, último ano do governo FHC, o número de invasões de terra avançou 115% – passando de 103 para 222 casos.

Mas os "baixos" números de 2002 têm uma explicação: o MST deu uma trégua nas invasões justamente por conta das eleições presidenciais, na qual apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Isso segundo sua principal liderança no Nordeste, Jaime Amorim:

> "Nossa participação [na campanha] é decisiva para garantir a vitória de Lula no primeiro turno. Vamos fazer campanha agora [para o petista]. É importante para a vitória" (FOLHA DE S. PAULO, 11.09.2002)

> "O MST tem responsabilidade histórica por esse momento e não vamos ficar fora dele. Participamos efetivamente da campanha de Lula, ajudamos a elegê-lo, mas agora cada um tem a sua tarefa." (FOLHA DE S. PAULO, 06.11.2002)

O número de mortes decorrentes de conflitos no campo também cresceu sob a administração Lula. Em 2003, 42 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo _um aumento de 110% sobre os 20 casos de 2002. Veja uma contradição: em 2002, às vésperas das eleições, Lula chegou a afirmar que era o "único capaz de fazer uma reforma agrária tranqüila". Puro discurso, com pouca prática.

Mas a seqüência de pressão sobre o governo Lula teve um descanso em novembro de 2003. Neste mês, MST e Palácio do Planalto fecharam um acordo. O governo prometeu assentar 400 mil famílias até 2006, e os sem-terra aceitaram esperar, numa espécie de ação moderada, pelo início de sua implantação. Tal trégua duraria cerca de quatro meses. Em abril de 2004, o economista João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, explicou o acordo e a conjuntura:

> "Bem, agora estamos diante de um novo cenário. Temos um governo que tem o compromisso histórico de realizar a reforma agrária. Fizemos com o governo um acordo de um plano de reforma agrária para assentar 400 mil famílias, nos três anos. Mas persistem muitos problemas. Há dificuldades na estrutura do Estado que não está preparado para fazer as mudanças necessárias. Há dificuldades na forma de o Incra funcionar. Há dificuldades em acelerar as vistorias e desapropriações dos latifúndios, para acelerar os assentamentos. Na nossa avaliação é que esse imbróglio somente se resolverá, se houver mobilização social, se houver pressão social. E a nossa tarefa do MST é justamente organizar os Sem Terra, conscientizá-los e mobilizá-los para que lutem para tirar do papel os compromissos da reforma agrária." (MST INFORMA 61, 07.04.2004)

Os números oferecidos pelo governo faziam parte do novo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), cujo anteprojeto, elaborado por uma equipe de professores universitários coordenada pelo advogado e economista Plínio de Arruda Sampaio, foi

colocado de lado pelo governo. O documento de Sampaio previa o assentamento de 1 milhão de famílias até 2007, além disso, segundo ele, formas "mais ágeis" de desapropriação de terras.

Na semana em que lançou a meta do novo PNRA, ocorreram fatos que valem a pena ser destacados e lembrados. Para que ocorresse o anúncio, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo[4] decidiu pressionar, organizando uma marcha Goiânia-Brasília. Cerca de 3.000 sem-terra participaram. Chegaram ao Distrito Federal prometendo uma passeata pela Esplanada dos Ministérios, que culminaria com um acampamento na porta do Palácio do Planalto. Os barracos de lona somente seriam desmontados com o anúncio das metas do novo PNRA.

Na ocasião, o governo mostrou habilidade política para evitar tal desgaste político. Convenceu os sem-terra a permanecerem num galpão afastado do centro da cidade e anunciou que o próprio presidente da República iria até eles fazer o anúncio das novas metas. Lula discursou, mas deixou que o ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) contasse a novidade aos sem-terra recém-chegados de uma longa caminhada (cerca de 200 km, durante uma semana).

Outra coisa: no início da mesma semana, o ministro Rossetto chegou a anunciar aos integrantes do núcleo agrário da bancada do PT na Câmara dos Deputados que a meta do PNRA seria de 355 mil famílias até 2006. No dia seguinte, o MST, nas palavras de João Paulo Rodrigues, chamou o número de "ridículo", o que forçou o governo a inflar tal prognóstico.

> "Se for mantida, essa meta será ridícula. O governo não contará com o nosso apoio. [O governo] deveria pelo menos honrar os princípios históricos do PT. Infelizmente, a luta do movimento vai continuar durante todo o mandato de Lula" (FOLHA DE S. PAULO, 20.11.2003)

O "ridículo" do MST tinha como pano de fundo o histórico petista de, enquanto oposição, prometer desapropriações em massa e números mais audaciosos em torno da reforma agrária. Em 1994, o candidato Lula prometeu assentar 800 mil famílias. Em 1998, a meta subiu para 1 milhão.

Na campanha de 1994, por exemplo, num acampamento do Pontal do Paranapanema (extremo oeste de São Paulo), Lula havia prometido aos sem-terra: "Com uma canetada só vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar".

Em 2002, porém, o partido não divulgou uma meta de famílias assentadas no caderno "Vida Digna no Campo", durante a campanha eleitoral. Uma versão preliminar do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada quatro meses antes da eleição pelo diretório nacional petista, falava no assentamento de 500 mil famílias em quatro anos. No lançamento do caderno, dois meses depois, o partido preferiu a "cautela", ignorando o número.

A tal canetada, ainda esperada pelos sem-terra, nada mais é do que simplificar as etapas para a desapropriação de um imóvel rural. Atualmente, para assentar uma família, o Incra deve selecionar a área, vistoriá-la, elaborar o laudo, editar o decreto, efetuar o

[4] Entidade, com sede em Brasília (DF), que agrega, entre outras dezenas de movimentos e associações, MST, Contag e CPT.

pagamento da terra e das benfeitorias ao fazendeiro[5], dividir os lotes e selecionar as famílias. Há casos em que toda essa etapa, por causa da participação da Justiça e dos recursos pedidos por fazendeiros, leva até cinco anos.

Mas, assim como FHC, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva também inflou o número de assentados na divulgação de um balanço parcial, em meados de 2003, contando como seus projetos dos Estados, terrenos vazios e áreas sem moradias e infra-estrutura. Reportagem publicada pela "Folha de S.Paulo" em 17 de julho indicou que o governo Lula havia inflado em cerca de 20% o balanço de seus primeiros seis meses. Além disso, em 4 de outubro, o jornal "O Globo" publicou reportagem reafirmando a inflação, agora com números de janeiro a setembro.

Diante da repercussão negativa de utilizar os mesmos métodos da administração passada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário decidiu revogar a portaria 80 – editada em 24 de abril de 2002 pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão. A portaria, à época, mudava todos os conceitos para assentamentos e assentados do Incra, deixando de lado as definições contidas em suas normas de execução e no "Manual dos Assentados". Foi uma forma de mudar a regra e oficializar a prática. Abordaremos ela mais tarde.

FHC: a manipulação dos balanços

Uma pesquisa do próprio governo Fernando Henrique Cardoso realizada no último ano de seu segundo mandato (2002) mostrou que o número de famílias assentadas entre 1995 e 2001 foi cerca de 44% inferior[6] ao total de 584.655 propagandeado no mesmo período pelo Palácio do Planalto.

Mais recentemente, no início de abril de 2004, outra pesquisa veio à tona. Segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), há 3.738 assentamentos no país, que ocupam 16,3 milhões de hectares e têm capacidade para receber 403.133 famílias, mas somente 312.476 estão neles.

> "É um recorde. Nos trinta anos anteriores, desde a edição do Estatuto da Terra em 1964, a reforma agrária havia assentado apenas 218 mil famílias" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1995/1998)
>
> "Mais uma vez fechamos o ano com saldos positivos no que diz respeito à reforma agrária. As metas estabelecidas foram cumpridas, e até superadas, graças ao trabalho desenvolvido com abnegação pelos que fazem este Ministério e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1999)
>
> "De 1º de janeiro a 20 de dezembro de 1999 foram assentadas 85.327 famílias de produtores rurais, perfazendo um total de 372.866 famílias beneficiadas pela reforma agrária durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. É um recorde,

[5] O valor estipulado pela terra nua é pago por meio de TDAs (Títulos da Dívida Agrária), com validade de até 20 anos. Já as benfeitorias da propriedade devem ser quitadas, à vista, em dinheiro.

[6] Pesquisa encomendada em 2002 pelo próprio governo tucano mostrou que foram "assentadas" entre 1995 e 2001 328.825 famílias, contra as 584.655 que haviam sido divulgadas no balanço de 2001. Um diferença de 44%, segundo a pesquisa assinada por USP/MDA/FAO.

> uma vez que, nos trinta anos anteriores – desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964 – apenas 218 mil famílias haviam sido assentadas" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1999)

> "No balanço divulgado, o ministro ressaltou que em sete anos 584.655 famílias foram assentadas em quase 20 milhões de hectares, criados 4.275 assentamentos e investimento global de R$ 13,2 bilhões" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 2001)

Durante todo o governo FHC, entre bate-bocas, a linha de frente da base aliada (PSDB-PFL-PMDB) rebatia com tais números (cerca de 600 mil famílias) a suposta eficiência de sua política de reforma agrária. As críticas, oriundas em grande parte de PT, MST e CPT, iam na linha da propaganda enganosa, de uma política "assistencialista" de assentamentos e de repressão contra os movimentos dos sem-terra.

Por sua parte, o governo anualmente divulgava um balanço com suas metas de assentamentos sempre devidamente "cumpridas". Os textos governamentais eram copiados pelos jornais e revistas, sem que houvesse um questionamento simples, como, por exemplo, onde estariam tais assentados, quais eram os nomes dos supostos beneficiados, seus CPFs, os municípios, qualidade de vida etc. Nos balanços não havia detalhes, trazendo apenas o ano e o número de famílias "assentadas". A imprensa vivia submissa.

Ao mesmo tempo, contudo, os opositores de FHC mantinham o discurso, mas em nenhum momento apresentavam provas daquilo que falavam _tampouco eram cobrados para isso. Era um discurso forte, mas facilmente rebatido pelo Palácio do Planalto, que, ao ser provocado, mostrava seus números às lentes da televisão.

Um dos primeiros pacotes públicos de indícios contra tais números veio por meio de uma série de reportagens do jornal "Folha de S.Paulo", publicada a partir de abril de 2002. Uma das reportagens afirmou que:

> "O governo federal está inflando os balanços anuais da reforma agrária com assentamentos que não saíram do papel, terrenos vazios e áreas onde não há casas nem sequer infra-estrutura básica para os trabalhadores rurais, como água tratada, energia elétrica e rede de esgoto. Balanços inflados são usados como propaganda pelo governo para alardear o suposto sucesso da política de reforma agrária" (FOLHA DE S.PAULO, 21.04.2002)

A primeira reportagem da série chegou às bancas 15 dias após a saída de Raul Jungmann[7] do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seu lugar assumiu José Abrão, secretário-executivo enquanto o político pernambucano do PMDB esteve à frente da Pasta.

Em nota, Jungmann alegou dois motivos para sua saída: "o desejo de concorrer a uma cadeira de deputado federal por Pernambuco"; e "o sentimento de dever cumprido para com o presidente, o seu governo e a reforma agrária".

Importante destacar o fato de o Palácio do Planalto ter gasto dinheiro público para divulgar números inflados da "reforma agrária". Era fato corriqueiro o ministro Jungmann ir à TV e ao rádio falar da "maior reforma agrária do mundo". Ele também

[7] Raul Jungmann, eleito deputado federal por PE nas eleições de 2002, foi responsável pela pasta da reforma agrária de abril de 1996 a abril de 2002 _até dezembro de 1998, a pasta se chamava Ministério de Política Fundiária. A partir desta data, passou-se a Ministério do Desenvolvimento Agrário.

visitava veículos de comunicação para relatar sua "façanha" a repórteres e editores. Reportagem da "Folha de S.Paulo" indicou o aumento dos gastos com publicidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

> "Os gastos do Ministério do Desenvolvimento Agrário com comunicação de governo aumentaram 31,35% neste ano (2002) em relação a 2001. Passaram de R$ 6,57 milhões para R$ 8,63 milhões, sendo que, desse total, R$ 7,89 milhões já estão empenhados (com pagamentos programados). O valor, que inclui as despesas com publicidade, já havia saltado 66,32% no ano passado em comparação ao gasto no ano anterior." (FOLHA DE S.PAULO, 30.04.2002)

A propaganda sobre os "números da reforma agrária" prosseguiu em 2003. No primeiro trimestre, um programa gratuito do PSDB, em cadeia nacional de rádio e TV, afirmou que o governo FHC havia assentado "mais de 600 mil famílias".

Outro ponto a ser considerado sobre a inflação dos números está no fato de dezenas ou centenas de pesquisas terem sido realizadas com base nos números de assentados e assentamentos divulgados entre 1995 e 2002 nos balanços do governo federal. Dados inflados colocariam em xeque os resultados de determinadas teses. Em abril de 2002, em entrevista à "Folha de S.Paulo", o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (Unesp) demonstrou sua preocupação acerca do tema:

> "As dúvidas sobre a veracidade dos números da reforma agrária divulgados pelo governo federal nos últimos anos poderão colocar por terra uma série de trabalhos acadêmicos feitos sobre o tema. A opinião é do professor da Unesp Bernardo Mançano Fernandes, autor de livros e teses sobre a questão agrária no país. "Como cientista, estou indignado. Nós, que trabalhamos com isso, não podemos ficar reféns de dados falsos. Agora não sabemos mais o que é verdadeiro e o que é manipulado", disse o professor. Segundo Fernandes, a maioria dos estudos feitos no país sobre a reforma agrária é baseada nos balanços anuais publicados pelo Incra e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. "O Incra deve fornecer todos os seus dados para irmos a campo checar sua veracidade: o nome do projeto, o município, o número de famílias, a área, o ano de criação e o tipo de assentamento. Assim teremos condições de fazer análise mais segura dos nossos trabalhos", afirmou Fernandes. (FOLHA DE S.PAULO, 22.04.2002)

Para entender a manipulação do governo FHC acerca dos números da reforma agrária, em primeiro lugar é preciso saber o que vem a ser, na prática e no conceito, um assentamento.

De acordo com o "Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária", publicação do Incra, existem alguns itens obrigatórios apenas para a implantação (ou seja, a primeira fase) de um assentamento.

São eles: celebração do contrato de assentamento, elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), aplicação de créditos de apoio à instalação para compra de alimentos e insumos básicos, capacitação básica dos assentados, execução dos serviços de medição e demarcação topográfica, aplicação de crédito de auxílio à construção de moradia, execução da infra-estrutura básica (água, luz e esgoto) e planejamento das atividades produtivas apoiadas pelo crédito Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) tipo.

Mas o governo FHC tinha outra prática. O Ministério do Desenvolvimento Agrário considerava "assentadas", para efeitos de sua publicidade, as famílias que receberam permissão para entrar em qualquer área adquirida pelo governo federal, Estado ou prefeitura.

O ministério considerava a mera capacidade total do assentamento como o número de famílias "assentadas", sem que efetivamente se soubesse se todos os lotes estavam ocupados. Outra tática: famílias que ocupavam área havia décadas e pela primeira vez receberam uma parcela do crédito agrário ou tiveram suas situações fundiárias regularizadas também passavam a ser contabilizadas como assentadas.

E mais: o ministério considerava terrenos vazios como "novos assentamentos", as chamadas "áreas fantasmas", e não subtraia de seus relatórios as famílias que abandonaram suas áreas por problemas de crédito e infra-estrutura.

A Cnasi (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra) também demonstrou sua insatisfação acerca dos balanços de reforma agrária montados pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em dezembro de 1999, portanto cerca de dois anos e meio antes de a imprensa, no caso a "Folha de S.Paulo", ter revelado tais artifícios, a Cnasi já alertava sobre as manipulações.

Veja o texto publicado à época na capa de sua publicação interna, o jornal "Participação":

> "O ministro da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, na divulgação, no dia 20 de dezembro, do balanço da reforma agrária, garantiu que foram assentadas 85.327 famílias em 1999. O ministro, contudo, esqueceu de dizer que, deste total, apenas 25.831 famílias foram efetivamente assentadas através da desapropriação ou aquisição de terras para fins de reforma agrária. As 59.496 famílias restantes dizem respeito a áreas em processo de obtenção, com imissão de posse em curso, perfazendo em torno de 25 mil famílias, além do assentamento programado e não realizado de 10 mil famílias via Banco da Terra, acrescido da regularização de ocupações em terras públicas (7.306 famílias) e do assentamento de 12.843 famílias em vagas existentes em projetos antigos. Para a Cnasi/Assera-BR, fica evidenciado que, além dos alardes da realização da maior reforma agrária da história contemporânea, anunciada pelo governo FHC, há uma manipulação dos números com o intuito de ludibriar a opinião pública. Contrariamente ao que apregoa o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Raul Jungmann, o latifúndio, além de vivo, está ditando as regras da reforma agrária virtual" (JORNAL PARTICIPAÇÃO, ANO 2, NÚMERO 7, DEZEMBRO DE 1999)

A Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) também contestou os números de Jungmann. Estudo de Gérson Teixeira, então presidente da Abra, divulgado em janeiro de 2002, mostrou que a Coordenação Geral de Monitoramento e Controle da Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Incra registrou o assentamento de 404.896 famílias entre 1995 e 19 de dezembro de 2001. Mas a página do Incra na Internet mostrava outro número: 542.359 famílias. "Uma diferença nada desprezível", segundo reportagem do Jornal do Brasil de 16 de janeiro de 2002: "137.463 famílias, ou cerca de 687 mil pessoas".

> "Segundo o autor do estudo, porém, o número de famílias assentadas é ainda menor do que o apontado pela Coordenação de Monitoramento. Por razões surpreendentes. O relatório levaria em conta a capacidade total de assentamentos da área, mesmo que não tenha sido efetivaente alcançada. Depois, seriam contabilizadas famílias que receberam terra em projetos antigos, Seriam contadas, também, famílias que já estavam na terra e tiveram regularizada a situação fundiária. Mais: estariam na lista famílias cujo assentamento ainda não foi feito, mas está previsto em projetos futuros. Por fim, também entrariam na conta famílias assentadas por Estados da Amazônia, cujas terras foram objeto de reconhecimento pelo governo federal. Assim, segundo Teixeira, para se chegar ao número real de assentados seria preciso verificar os controles internos do Incra. Mas, apesar do repto do ministro para que os que duvidam das informações façam uma auditoria, o governo não fornece os dados." (JORNAL DO BRASIL, VERSÃO ON LINE, 16.01.2002)

Dado interessante: o governo federal chegou a modificar o detalhamento de seus "assentamentos" nos relatórios anuais. Nos relatórios de 1995, 1996 e 1997, o Incra dividia as famílias entre "novos assentamentos em projetos antigos" e "assentamentos criados em" determinado ano. Nos relatórios de 1998 e 1999, por exemplo, passou apenas a indicar os números de "metas" de assentamentos e de "realizados" no período. O ministro Raul Jungmann, como não poderia ser diferente, defendia seu trabalho:

> "A melhor maneira de evidenciar os atuais avanços da reforma agrária no Brasil é reconhecer que o atual modelo está esgotado. Desenhado em meados dos anos 60 (mais precisamente, novembro de 1964), ele teve fôlego até que a reforma venceu o histórico bloqueio que o latifúndio lhe opunha, até que a democracia se alongasse no tempo e novas formas de internacionalização da economia (globalização) premissem nossos calcanhares autárquicos. O velho modelo, inicialmente de colonização e não de reforma agrária, foi levado à execução quando do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo Sarney. Não demorou muito, foi bloqueado por golpes da UDR e retrocessos do Centrão na Constituinte de 88. Aliás, muito provavelmente, os germes de Eldorado do Carajás foram gerados nos cinco anos que se passaram sem que se regulamentasse o capítulo agrário, o que só foi feito em 1993." (RAUL JUNGMANN, FOLHA DE S.PAULO, 30.08.1998)

Segundo Martins, 2000, o tema reforma agrária "perde" quando as discussões passam a girar em torno de seus conceitos. A luta pela reforma fica em segundo plano:

> "Por isso mesmo, no plano imediato, a luta pela reforma agrária se mescla, e se perde, frequentemente, a uma disputa conceitual sobre o que é reforma (do tipo "a reforma agrária do governo não é reforma agrária"; ou do tipo "eles não querem uma reforma agrária e sim uma revolução socialista"). (MARTINS, 2000, p.50)

O governo FHC adotou programas de créditos fundiários que foram criticados pelos movimentos sociais, principalmente o MST, mas mantidos (com seus nomes trocados) pelo governo Lula. Tais programas foram rotulados de o símbolo da "reforma agrária de mercado". Sobre o tema, Wolf, 1984, enaltece seu repúdio:

> "A terra também não é uma mercadoria por natureza; torna-se assim só quando é definida como tal, por um novo sistema cultural, preocupado em criar uma nova espécie de economia. A terra faz parte da paisagem natural, não foi criada para ser

> comprada e vendida e não é considerada como mercadoria na maior parte das sociedades de outro tipo, onde os direitos à terra são aspectos de grupos sociais específicos e sua utilização, o ingrediente de relacionamentos sociais específicos". (WOLF, 1984, p. 333)

Já para Raul Jungmann, a idéia de programas de créditos fundiários faz parte de uma verdadeira "revolução cultural" dentro da reforma agrária brasileira. Em artigo publicado em 1997 na "Folha de S.Paulo", ele explica:

> "O governo Fernando Henrique Cardoso vem desencadeando uma verdadeira ''revolução cultural'' dentro da reforma agrária brasileira. São vários os programas criados para agilizá-la, dar-lhe a necessária qualidade e também descentralizá-la, a exemplo do Lumiar (que leva assistência técnica aos assentamentos, o que significa mais qualidade), do Casulo (que envolve os governos estaduais e as prefeituras no processo, descentralizando-o) e do Cédula da Terra (que cria uma parceria com os próprios beneficiários da reforma)." (RAUL JUNGMANN, FOLHA DE S.PAULO, 18.07.1997)

Portaria 80: prática e conceito

Voltemos à tal portaria 80. Em abril de 2002, logo depois de a "Folha de S.Paulo" ter revelado que o governo federal inflou os números de seu programa de reforma agrária incluindo candidatos a receber terra em balanço de assentamentos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário resolveu mudar a regra e oficializar a prática.

A portaria do ministro José Abrão possibilitou considerar terrenos baldios como "assentamentos" e pessoas apenas inscritas e selecionadas para tentar obter terra do governo como "assentadas".

A portaria 80 mudou os conceitos para assentamentos e assentados do "Manual dos Assentados", editado pelo próprio governo FHC, e de uma norma de execução do Incra de 2001. Ela foi baixada quatro dias depois da primeira de uma série de reportagens publicadas pela "Folha de S.Paulo" sobre manipulações nos balanços do órgão.

Publicada do "Diário Oficial" da União de 25 de abril, a portaria, revogada sob pressão pelo governo Lula, dizia que "assentamento" era apenas uma "unidade territorial" obtida "para receber em suas várias etapas indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra". Para ser contabilizada como assentamento, qualquer área, a partir de então, não necessitava da presença de trabalhadores rurais ou de quaisquer obras de infra-estrutura. Na prática, com aquela definição via portaria, terrenos baldios poderiam ser considerados "assentamentos". Com isso, a medida acabou com os "assentamentos-fantasmas".

> "A propósito vale lembrar, ao contrário do que revela a Portaria/MDA/número 80/02, que o conceito de assentamento, remanescente dos mais antigos tratados sobre a questão agrária do mundo, desde há muito foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com bem elucida a Portaria do Incra de número 17, de 8 de janeiro de 1971, que já o definia como sendo: "um conjunto de providências ou operações necessárias à inscrição, identificação, seleção, transferência e localização dos beneficiários, bem como implantação do sistema de organização social, utilizando métodos que permitam a sua integral participação no desenvolvimento do projeto".

> Em outras palavras, isto significa que assentamento é um processo constituído pelo conjunto de ações que se complementam e que, ao fim, devem responder pelo desenvolvimento, pela consolidação do projeto e a conseqüente fixação do homem à terra." (OFÍCIO/CNASI/NÚMERO 06/02, DE MAIO DE 2002, AO SENHOR SEBASTIÃO AZEVEDO, PRESIDENTE DO INCRA)

O termo "assentado" também foi alterado. A partir de então, um assentado não precisava estar na terra para ser considerado como tal pelo governo. Segundo a portaria, era "o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso" no programa de reforma agrária. Em outras palavras: para considerar uma família como assentada, o governo não precisava mais oferecer infra-estrutura básica (água, luz e esgoto), fazer medição e demarcação dos lotes, liberar créditos para a construção de casas e gastos com alimentação, entre outros benefícios.

> "[Assentado] é o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso [ao programa de reforma agrária], sendo-lhe concedido o direito ao uso da terra"

> "[Assentamento é a] unidade territorial obtida pelo programa de reforma agrária por desapropriação, arrecadação de terras públicas, aquisição direta, doação [...], para receber indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra" [TRECHOS DA PORTARIA 80, DE 25 DE ABRIL DE 2002]

As manipulações governamentais, porém, não se resumiram a isso. O governo FHC também contou como "assentados" trabalhadores rurais que já estavam mortos havia anos. Eles chegaram às terras ainda na década de 80, trazidos pela ditadura militar, mas passaram a integrar as estatísticas da reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso, que dizia ter assentado cerca de 588 mil famílias entre 1995 e 2001. Em 2002, ano eleitoral, não houve balanço.

Um exemplo clássico dos mortos-assentados: na relação oficial de assentados pela reforma agrária no ano de 1999 aparece o nome do agricultor Elizeu Oliveira da Silva como beneficiado naquele ano no Projeto de Assentamento Rio Juma, no município de Apuí (AM). Seus números: AM000700002683 (de assentado) e 22112227220 (CPF).

Acontece que o mesmo Elizeu fora encontrado morto numa delegacia da cidade em novembro de 1997. Ou seja, foi assentado quase dois anos depois de morto. O caso de Elizeu, morto aos 28 anos, tornou-se emblemático pois, à época, não se sabia se o agricultor fora assassinado, como sustentavam os trabalhadores rurais da região, ou se cometera o suicídio, como apontava a versão policial e dos médicos legistas.

Fernandes, 2000, por exemplo, critica algumas das formas utilizadas pelo governo e ainda enaltece o papel dos movimentos sociais em todo o processo:

> "A luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Por essa razão é que questionamos: que reforma agrária? (Fernandes, 1998). Chamar de reforma agrária essa realidade é interpretá-la na linguagem do Estado, das classes dominantes (Martins, 1986c, p.67). De fato, os assentamentos implantados são resultados da luta pela terra, que têm contribuído para a efetivação da política de assentamentos rurais. E a isso chamamos incorretamente de reforma agrária." (FERNANDES, 2000, p. 301)

Considerações finais

A realidade é que nos últimos anos os governos têm agido na questão da reforma agrária à reboque das ações e reivindicações dos movimentos sociais, principalmente do MST.

Vejamos: para escapar das pressões nacional e internacional pelos massacres de Corumbiara[8] e Eldorado do Carajás[9], o governo FHC passou a responder com metas altíssimas e sempre cumpridas. Ou seja, preocupação com os números, leia-se balanços inflados, e pouco caso para a qualidade dos assentamentos _fortemente criticada em 2002 numa reportagem de capa da revista "Newsweek".

E o governo Lula seguiu o mesmo caminho: já inflou balanços, lançou metas altíssimas sem que tivesse orçamento disponível para isso, não cumpriu a meta de 2003 e ainda vê o número de invasões crescer a cada mês sob sua administração.

Para concluir o artigo, um indicativo do descontrole do atual governo sobre o tema. A medida provisória antiinvasão[10], editada em 2000 por FHC e que o próprio PT, enquanto oposição, tentou revogá-la por meio de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), tem sido tratada de duas formas. Aos ruralistas, entre os quais integrantes da base aliada do governo, como PMDB e PP, o Palácio do Planalto utiliza o discurso de que a MP não será revogada. Já aos sem-terra, a palavra governamental é que a medida provisória, apesar de mantida, não será cumprida.

"Está na hora de esses ministros desligarem os telefones e trabalharem." (JOÃO PEDRO STEDILE, DO MST, FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

"O lamentável é que mais cedo ou mais tarde alguém [entre os fazendeiros] vai reagir [às invasões de terra]." (ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO, DA CNA[11], FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

"Ao contrário do que diz o governo e seus ministros, não existe nada dentro da normalidade democrática. O que existe é um deboche à Constituição brasileira." (LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA, DA UDR[12], FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

Referências

FERNANDES, Bernardo M. *MST. Formação e Territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST.* São Paulo: CORTEZ, 2001.

[8] Em 9 de agosto de 1995, pelo menos dez sem-terra e dois PMs são mortos durante confronto em Corumbiara (RO).

[9] Em 17 de abril de 1996, pelo menos 19 sem-terra são assassinados por policiais militares durante a desobstrução de uma estrada em Eldorado do Carajás (PA). Ninguém está preso pelo crime.

[10] A Medida Provisória 2.183 proíbe por dois anos as avaliações e vistorias em terras invadidas e exclui do programa de reforma agrária os assentados que participarem de invasões. Segundo o Incra, até o início de abril de 2004, não havia no país nenhuma área impedida de vistoria por causa da MP.

[11] CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

[12] UDR (União Democrática Ruralista).

FOLHA DE S.PAULO. *Manual da redação*. São Paulo, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. *O que é questão agrária*. São Paulo: BRASILIENSE, 1980.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas sociais na América Latina – Argentina, Brasil e Chile*. Porto Alegre: MERCADO ABERTO, 1989.

MARTINS, José de S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo. EDUSP, 2000.

_____. *Travessias – A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: EDITORA DA UFRGS, 2003.

PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: BRASILIENSE, 1979.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *O terror e o tigre: Peru, Chile e as reformas agrárias na América Latina*. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

SADER, Emir. *Cuba, Chile e Nicarágua – Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.

SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: PÁGINAS E LETRAS EDITORA, 2003.

WOLF, Eric Robert. *Guerras camponesas do século XX*. GLOBAL EDITORA, 1984.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: BRASILIENSE, 1981.

ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). http://www.abrareformaagraria.com.br.

CONTAG (Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura). http://www.contag.org.br.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). http://www.cptnac.org.br.

FOLHA DE S.PAULO. http://www.uol.com.br/fsp.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). http://www.incra.gov.br.

ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). http://www.institutodeterras.sp.gov.br/

JORNAL DO BRASIL. http://www.jb.com.br.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. http://www. mda.gov.br/

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). http://www.mst.org.br.

NERA (NÚcleo de Estudos, Pesq. e Proj. de Reforma Agrária). http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005